

Resistência, organização coletiva e dinâmicas urbanas: a emergência do Quilombo Família Mattias em Belo Horizonte e suas pautas insurgentes para o poder público

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17393050>

Vitória Régia Izaú¹

Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0182-0903>

E-mail: vitória.izau@uemg.br

Luciana de Souza Matias (Ekede Asà Omi)²

Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – Escola Municipal Paulo Mendes Campos

ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9960-7705>

E-mail: luciana.sm.pedag.perita@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda a dinâmica da cidade de Belo Horizonte a partir dos quilombos urbanos, com ênfase na emergência histórica do reconhecimento do Quilombo Família Mattias pela Fundação Palmares em 2023. Entende-se que a luta por esse reconhecimento e todo o processo que ensejou é expressão da insurgência urbana que, por sua vez, evidencia mais uma das histórias não inscritas no registro oficial da cidade. Essa configuração territorial está ligada às formas coletivas de organização, expressas tanto na participação entre familiares quanto entre indivíduos sem laços consanguíneos. Essas interações surgem como estratégias de sobrevivência e articulações que estruturam a ocupação e a modalidade quilombola nos territórios urbanos. Tais questões são basilares em um país que foi o último das Américas a abolir a escravidão e quando o fez, não houve quaisquer políticas públicas para assegurar os direitos das pessoas negras que passaram a ser “livres”. Clamando pelo direito à cidade, destaca-se neste texto a

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realizou estágio doutoral na Universidade de Coimbra em 2017 com apoio da Capes. Pós-doutora em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, Mestre em Educação pela UFMG e Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente dos cursos de Pedagogia e História e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Relações Étnico-Raciais (NEPER/CNPQ) e do Programa de Extensão Egbara Wa. Cantora, poetisa, palestrante, filha de Luzia Izaú e mãe de Gabi, Isa e Lucas. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0968387663936927>.

² Coordenadora Pedagógica dos Anos Finais na Escola Municipal Paulo Mendes Campos Mestra Quilombola (Fundação N'golo), Especialista em Artes Visuais pela Universidade Federal Minas Gerais (UFMG) e Especialista em Educação Empreendedora pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ); graduada em Educação Artística com Habilitação em Música pela UEMG e em Pedagogia pela mesma instituição. Liderança do Quilombo Família Mattias em Belo Horizonte. EKEDE ASA OMI-Liderança feminina na espiritualidade de matriz Africana. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8674594223944784>.

relevância de abordar os desafios cotidianos do Quilombo Família Mattias, registrando também a potência de um povo que não permite que sua humanidade e cidadania sejam ameaçadas pelo capital imobiliário. A comunidade, que está localizada no bairro Santa Teresa, teve uma obra de melhoria embargada pelo poder público acarretando prejuízos incalculáveis para as famílias. Este artigo não é somente um texto provocativo quanto a necessidade de resolução do poder público, mas constitui também o registro de uma comunidade que se insurge contra as injustiças e visa a sensibilização dos gestores acerca dos dilemas enfrentados, contribuindo para o campo de públicas.

Palavras-chaves: Quilombo Família Mattias. Insurgências urbanas. Direito à cidade.

Resistance, collective organization, and urban dynamics: the emergence of the Mattias Family Quilombo in Belo Horizonte and its insurgent demands for public authorities

Abstract

This article addresses the dynamics of the city of Belo Horizonte from the perspective of urban quilombos, with emphasis on the historical emergence of the recognition of Quilombo Família Mattias, by the Palmares Foundation in 2023. It is understood that the struggle for this recognition and the entire process that gave rise to it is an expression of the urban insurgency which, in turn, evidences one of the stories not inscribed in the official history of the city. This territorial configuration is linked to collective forms of organization, expressed both in the participation between family members and between individuals without blood ties. These interactions emerge as survival strategies and articulations that structure the occupation and the quilombola modality in urban territories. Such issues are fundamental in a country that was the last in the Americas to abolish slavery and when it did, there were no public policies to ensure the rights of black people who became “free”. Calling for the right to the city, this text highlights the relevance of addressing the daily challenges of the Mattias quilombo, also registering the power of a people who do not allow their humanity and citizenship to be threatened by

real estate capital. The community, which is located in the Santa Teresa neighborhood, had an improvement work embargoed by the government, causing incalculable losses to families. This article is not only a provocative text regarding the need for resolution by the public power, but also constitutes the record of a community that rebels against injustices and aims to sensitize managers about the dilemmas faced, contributing to the public field.

Keywords: Quilombo Família Mattias. Urban insurgencies. Right to the city.

1 Introdução

Desde o século XVI, especialmente por volta de 1865, a literatura tem apontado sobre o conceito de quilombo, sendo definido como um território para onde iriam os negros escravizados que fugiam da aniquilação completa de suas humanidades no período colonial. Contudo, a visão acerca dos quilombos foi sendo acrescida à medida que os autores negros começaram a problematizar os registros de sua própria história. Dessa forma, observa-se as obras do intelectual Clóvis Moura, especialmente o livro intitulado *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. Nessa imprescindível contribuição, o autor afirma que os quilombos tinham uma organização muito mais complexa do que um mero território de fuga. Criticando a definição do Conselho Ultramarino, de 2 de dezembro de 1740, de que o quilombo seria “toda habitação de negros fugitivos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”, Moura afirma que

[...] o fenômeno não foi circunscrito a uma área, mas pontilhou todo território brasileiro durante o período em que a escravidão existiu. Esses quilombos tinham vários tamanhos e se estruturavam de acordo com seu número de habitantes. Os pequenos quilombos possuíam uma estrutura muito simples: eram grupos armados. As lideranças, por isso, surgiam no próprio ato da fuga e da sua organização. Os grandes, porém, eram muito mais complexos. O de Palmares chegou a ter cerca de vinte mil habitantes e o de Campo Grande, em Minas Gerais, cerca de dez mil ou mais. Igual número tinha o do Ambrósio, também naquele estado (Moura, 2022, p.31).

Obviamente, planejar e manter os quilombos organizados exigia articulação, mobilização, economia e mecanismos de defesa contra a violência colonial. E, ao ver do autor, isso

também colabora para descredibilizar a ideia de que os escravizados eram passivos à dominação. Pensar no sujeito escravizado como alguém sem agência política e estratégica foi uma forma da história oficial não reconhecer a agência política dos escravizados e dos quilombos. Esse não reconhecimento produziu o fortalecimento de estereótipos que vigoram até os dias atuais com relação à potência do povo negro. Nessa direção, Abdias Nascimento trouxe no texto *O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-africanista*, em 2002, a seguinte definição de quilombo:

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam esta colocação. Como sistema econômico, o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo e/ou ujamaísmo da tradição africana. Em tal sistema as relações de produção diferem basicamente daquelas prevalentes na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo. Compasso e ritmo do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos, articulando os diversos níveis da vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano. Nem propriedade privada da terra, dos meios de produção e de outros elementos da natureza. Todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo. Uma sociedade criativa no seio da qual o trabalho não se define como uma forma de castigo, opressão ou exploração; o trabalho e antes uma forma de libertação humana que o cidadão desfruta como um direito e uma obrigação social. Liberto da exploração e do jugo embrutecedor da produção tecno-capitalista, a desgraça do trabalhador deixará de ser o sustentáculo de uma sociedade burguesa parasitária que se regozija no ócio de seus jogos e futilidades (Nascimento, 2019).

Para Nascimento (2019), a organização dos negros escravizados nos territórios é uma forma de estruturação fundamental para assegurar a vida e o bem-viver e, portanto, é um grande legado para a sociedade brasileira. Além disso, o autor também defende que é necessário pensar no quilombismo como um movimento de resistência e manutenção da vida. Nessa direção, faz-se necessário entender que:

Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros atuais manter e ampliar a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação da sua verdade. Um método de análise, compreensão e definição de uma experiência concreta, o quilombismo expressa a ciência do sangue escravo, do suor que este derramou enquanto pés e mãos edificadores da economia deste país (Nascimento, 2019).

A partir das bibliografias e das experiências das autoras, que também são ativistas contra o racismo na cidade de Belo Horizonte (BH) e em memória aos seus ancestrais, este artigo foi elaborado com enfoque na emergência do Quilombo Família Mattias e em sua própria narrativa, reafirmando a importância histórica de nos colocarmos contra os desmandos do

capital financeiro e imobiliário que, em pleno século XXI, ainda tenta solapar direitos à vida, à liberdade e ao bem-viver. Na próxima sessão será apresentada a metodologia e, em seguida, outras questões de ordem teórica-epistemológica.

2 Procedimentos metodológicos

Este artigo se caracteriza como sendo de natureza qualitativa, pois permite interpretar a realidade social de modo a compreender os fenômenos estudados. Segundo Flick (2009, p. 25), “os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento”. Além disso, também esclarece que:

Na pesquisa qualitativa o pesquisador utiliza os insights e as informações provenientes da literatura enquanto conhecimento sobre o contexto e utiliza-se dele para verificar afirmações e observações a respeito de seu tema de pesquisa naqueles contextos. Ou o pesquisador utiliza-o para compreender as diferenças em seu estudo antes e depois do processo inicial de descoberta (Flick, 2009, p. 62).

Dentro da abordagem qualitativa as autoras optaram pela amostra por conveniência, definida como “uma técnica de amostragem não probabilística em que os elementos são selecionados com base na facilidade de acesso e conveniência para o pesquisador” (Creswell, 2014, p.158). Essa definição corrobora com a análise de dados documentais sobre o Quilombo Família Mattias que foram gentilmente cedidos, tais como a ata da Assembleia Popular de Reconhecimento do quilombo, relatos das matriarcas, participação em reuniões e eventos no quilombo com representantes do poder público, e o documento emitido pela Fundação Palmares em 2023 que formaliza o reconhecimento da comunidade familiar como quilombo.

Na busca pelo embasamento teórico e referências para o artigo, foram realizadas leituras de livros escolhidos através da pesquisa bibliográfica no campo étnico-racial, que fazem parte da formação de ambas as autoras, tendo como principal critério a similitude com a temática central.

Os dados empíricos que ensejaram a escrita foram obtidos através da observação participante em pesquisa de campo e nas reuniões realizadas por ocasião da realização do projeto de pesquisa intitulado Poéticas de Espaço e Voz: narrativas de lideranças negras sobre o surgimento da cidade de Belo Horizonte. O projeto foi desenvolvido em 2021, durante a pandemia, através da plataforma Microsoft Teams, no qual houve a escuta das

histórias dos quilombos Manzo, Souza, Arturos e Mangueiras de modo síncrono. Durante o relato de Makota Kindoiale, do quilombo Manzo, uma das autoras, que havia sido convidada pela coordenadora do projeto para fazer a relatoria, sentiu total pertencimento à narrativa e, a partir daquele momento, buscou lutar para realizar o reconhecimento de seu território como quilombola. O primeiro ato para esse reconhecimento foi a assembleia popular com o ato público de reconhecimento realizado em 25 de outubro de 2021, que contou com a presença da Diretoria Municipal de Políticas de Reparação e Igualdade Racial da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), representada por Makota Kizandembu, também presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Para atingir os objetivos, este artigo visa:

- a) apresentar aos leitores o conhecimento acerca da emergência do Quilombo Família Mattias em BH;
- b) incentivar o interesse pela preservação e melhoria do território;
- c) analisar criticamente a questão do embargo da obra pela PBH;
- d) contribuir para ampliar o diálogo do quilombo com o poder público para solucionar o impasse;
- e) fortalecer a história e o legado do Quilombo Família Mattias na cidade de BH.

Esses objetivos foram construídos com base na *expertise* das autoras, utilizando o conceito de “escrevivência” da autora Conceição Evaristo como metodologia por conter memória ancestral. Entende-se que se tratando de mulheres negras, os textos autorais revelam a luta contra o epistemicídio e o apagamento da historicidade do povo negro. Segundo Evaristo:

A escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (Nunes, 2020, p. 30).

A partir do conceito de “escrevivência”, Evaristo reafirma a agência intelectual das mulheres negras desde a escravização, negando o silenciamento e o racismo que tem sistematicamente tentado obstruir narrativas protagônicas desse grupo social mesmo em um país onde, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 53% de sua demografia são de pessoas negras (pretos, pardos). Este artigo tem o compromisso de

encorajar as “vozes-mulheres pretas” para fortalecer a luta pela igualdade racial, acompanhada pela justa reparação que deverá ser uma política nacional com orçamento digno para promoção de ações concretas. Tencionamos com o presente artigo, alcançar o objetivo central de sensibilizar gestores públicos para que haja o bem-viver para todas as comunidades quilombolas no Brasil, tomando como base a questão atual vivenciada pelo Quilombo Família Mattias.

3 Racializando o conceito de “direito à cidade”: reflexões necessárias

As cidades brasileiras foram constituídas por lógicas advindas da Europa e da América do Norte. Em muitos municípios as contribuições do legado negro foram apagadas da história contada oficialmente. Nesse sentido, convém problematizar que esse apagamento, também denominado como “epistemicídio” por diversos autores negros, mostra o quanto a luta por reconhecimento sobre a existência negra nas cidades é transversalizada por discriminações e preconceitos que como sociedade precisamos erradicar. Estando em um país onde a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado, convém, então, destacar que nas dinâmicas das cidades a permanência do povo negro de modo digno é, pois, uma luta pelo bem-viver e pelo exercício da cidadania plena. É mister salientar também que é exatamente o povo negro organizado nos movimentos sociais, nos quilombos, nas periferias que, enquanto sujeito social, vem pautando suas questões, exigindo do poder público que as nefastas lógicas de aniquilação da vida sejam extintas. Isso requer um redimensionamento político e econômico que busque desburocratizar a posse de terra para as populações quilombolas, não esquecendo de direcionar também investimento público para as favelas e regiões consideradas periféricas. Ao atomizar a raça como marcador social, vemos uma realidade ainda mais profunda, com questões ainda a vencer numa estrutura histórica de superação à inferiorização e desumanização dos corpos negros.

Dentro do escopo analítico do conceito de cidade observamos a contribuição da Escola de Chicago e, mais explicitamente, a do autor Robert Park no ano de 1967. Ele refletia sobre os significados da cidade que, no contexto dos Estados Unidos, vivia o “boom” do crescimento populacional. Segundo Park (1967, p.3):

A cidade é a tentativa mais bem sucedida do homem reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade, o homem reconstruiu a si mesmo (Park, 1967, p. 3).

Porém, não há a hipótese de se generalizar o conceito de cidade. Afinal, de que cidade falamos? Existiria um conceito universal de cidade? Seria possível concordar com o ponto de vista do autor (1967) de que a cidade como criação humana, também depende do contexto de onde se fala? Seria a cidade realmente uma tentativa bem-sucedida em todos os países do mundo de forma unânime?

Claramente Robert Park (1967) estava falando do que via e sentia a respeito das mudanças estruturais analisadas pela Escola de Chicago em um momento de metropolização e agudização do trabalho assalariado. No Brasil, quando se entende os desdobramentos de séculos de escravização da população negra, a massa de trabalhadores considerados “livres” após a abolição em 1888 continuou não sendo sequer considerada como mão de obra operária na década de 1930. A estratificação social e econômica trouxe dinâmicas sociais extremamente distintas quando se observam os corpos negros e não negros nas cidades. Então, há de se pensar que se a cidade, para a corrente de pensamento da Escola de Chicago, era recorrentemente o projeto mais perfeito de organização social, em que pesem os contextos históricos distintos, grande parte da população negra continua a ser periférica, especificamente no caso brasileiro, e a ter dificuldade de acesso a bens e serviços e para se deslocar no interior das cidades. Além disso, ainda ter o direito à cidade negado, fazendo o povo negro residir nos piores espaços sociais e seguir lutando contra a necropolítica que mantém sua cotidiana opressão, definindo quem pode viver e quais os corpos destinados à morte. Essa luta não é diferente em uma cidade pretensamente planejada como Belo Horizonte.

4 Belo Horizonte em uma perspectiva histórica: agudizando a racialização dos corpos

A cidade de Belo Horizonte foi fundada em 1897, no bojo das transformações “modernizadoras” do Brasil República e guarda referências importantes em seu traçado urbano. Sendo uma cidade planejada na ocasião, foi alvo de grande disputa com Ouro Preto para se tornar a capital de Minas Gerais. A elaboração do plano urbanístico de Belo

Horizonte sofreu grandes influências de cidades, como a cidade de La Plata em Buenos Aires, e ainda contou com o estudo da planta da cidade de Washington, nos Estados Unidos, com forte influência do plano Haussman de Paris.

Conforme Jayme e Trevisan (2012), BH incorpora os ideais positivistas de higienização e de abertura de ruas largas do padrão de modernidade das cidades estrangeiras. Por não se tratar de uma cidade plana, Belo Horizonte foi concebida de forma a estratificar as zonas urbana, suburbana e rural. Conforme as autoras:

Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte foi a primeira cidade planejada da República no Brasil e sua planta elaborada pelo engenheiro Aarão Reis previa uma zona urbana (circulada pela avenida do Contorno), uma suburbana e uma rural. Por ter sido planejada para simbolizar a ideologia positivista e a modernidade, sua arquitetura foi marcada por ruas e avenidas largas e retas inspirada na Paris de Haussman e na Washington de L'Enfant, as cidades modernas e belas e, sobretudo, higiênicas e saneadas de então, o mapa da zona urbana – que corresponde atualmente à área central é como que traçado com régua, com ruas na malha ortogonal e avenidas na diagonal (Jayme; Trevisan, 2012).

Na realidade, conforme observa-se no olhar de Jayme e Trevisan (2012), o fenômeno da “gentrificação”, ou seja, mudanças no espaço físico da cidade conforme pautas do mercado e das elites, traz novas funcionalidades para a área central da cidade, sinalizando os processos políticos e econômicos. A ampliação da malha para a circulação de carros e novos tipos de comércio e serviços são exemplos disso, colocando em sacrifício a arborização das avenidas e mais espaços de sociabilidade para os moradores. O planejamento da cidade foi inspirado também no modelo parisiense e destinado a garantir para a elite dominante o privilégio de habitar nas zonas nobres.

Arruda (2012) afirma que além de Paris, o planejamento urbano de Belo Horizonte também se inspirou no modelo contemporâneo da cidade de La Plata, na Argentina. O autor nos diz que:

Em Belo Horizonte, tal como em La Plata a construção foi um empreendimento estatal. Ao governo coube o planejamento geral, a confecção dos projetos dos edifícios públicos, que foram construídos por particulares. Em ambas as cidades houve a distribuição de lotes ao funcionalismo público. Importante diferencial foi que em Minas houve a necessidade de várias demolições pois o local de construção da cidade abrigava um arraial tipicamente colonial. [...] Em Belo Horizonte, ocorreu um processo de transformação espacial em que um povoado de origens coloniais deu lugar a uma cidade de traçado geométrico. Ocorreu o processo simultâneo de destruição e construção. Enquanto um povoado era destruído, uma cidade que se queria moderna, era construída em seu lugar (Arruda, 2012, p.116-117).

Segundo o estudo comparado feito por Arruda (2012), a perspectiva de modernidade implementada no planejamento das cidades de Belo Horizonte e de La Plata estava impregnada com a ideia de se tornarem cidades-modelo tanto no campo imagético quanto na execução do plano urbanístico. As alterações físicas da transformação do antigo arraial Curral Del Rey na cidade “De Minas”, que depois receberia o nome de Belo Horizonte, mostraram a necessidade de atendimento aos interesses das elites dominantes. As principais ruas da cidade receberam o nome daqueles que influenciaram na disputa política com a cidade de Ouro Preto, antiga capital do estado, como Afonso Pena, João Pinheiro e outros que lutaram e apoiaram a construção da nova capital. Contudo, segundo afirma o autor, mesmo que as construções das cidades de La Plata e Belo Horizonte tenham sido contemporâneas, elas mostram como os discursos que vigoravam a respeito da modernidade na República constituíram o imaginário da cidade real e da cidade imaginária. Segundo Arruda (2012, p. 117):

A construção das duas cidades-capitais significou uma maneira de atualização do processo civilizatório nas duas regiões, mas de modo a promover transformações com a respectiva manutenção das estruturas de poder. Neste sentido mostrou sua face conservadora e excludente, que ficou mais nítida com o passar do tempo. De certo modo, a construção dessas duas cidades significou a tentativa de ingresso na modernidade industrial em países que ainda se apegavam as suas vocações agrárias, situação que será ultrapassada somente em meados do século XX (Arruda, 2012, p. 117).

Na realidade, o modelo de modernidade com a perspectiva civilizatória nunca se concretizou completamente no Brasil, conforme assinala Santos (2009, p.10):

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes de periferia (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também, do modelo espacial (Santos, 2009, p. 10).

A ideia de higienização dos corpos que marca as alterações e mudanças nos centros urbanos devido “aos interesses dominantes do sistema econômico e social”, produziu em Belo Horizonte, e em várias cidades latino-americanas, o hiato entre o que se deseja e o que se vive.

Segundo Jayme e Trevisan (2012), no período de 1920 a 1950, a cidade passou por várias transformações delimitando a área central e iniciando o processo de verticalização. No período de 1960 a 1980, a cidade passou por intervenções urbanas que incidiram fortemente no significado da região central e privilegiaram a Savassi como *locus* residencial das classes média e alta. Além disso, também observaram que o centro da

cidade começa a ser descrito como perigoso já na década de 1970. De acordo com as autoras, a historicidade de Belo Horizonte permite compreender questões relativas às novas centralidades e sociabilidades distintas que, por sua vez, são, ao mesmo tempo, derivadas e contribuintes para os novos significados atribuídos aos espaços urbanos. Ao privilegiar as elites, o projeto de planejamento da cidade de Belo Horizonte expulsou os estratos das classes trabalhadoras para as periferias urbanas com a forte presença do capital imobiliário, que impediu, inclusive, o reconhecimento dos territórios quilombolas. A liminaridade revela os conflitos entre as classes que tentam reafirmar suas identidades através do comportamento diferenciado, mesmo sendo coabitantes da mesma cidade. Também, a dinâmica histórica de Belo Horizonte nos propicia a entender que a requalificação da região central é produto de interesses capitalistas e do ideário de uma elite que impõe, através de projetos urbanísticos, as espacialidades nos ambientes urbanos. No entanto, também é preciso perceber que os interesses do capital propiciam, da mesma forma, usos e contra-usos que sistematicamente produzem novas sociabilidades dos grupos em disputa contra a ordem segregacionista que ainda impera — o próprio nome das ruas principais foi alterado para contemplar os que influenciaram na disputa política. Belo Horizonte, então, ao mesmo tempo em que provoca a coexistência de grupos sociais distintos, é um convite para a participação popular em vários espaços de uso público. Em que pese os limites deste texto, é fundamental compreender que o acesso e a participação das pessoas no centro da cidade e nas imediações não acarreta, entretanto, em uma convivência sem conflitos. Entende-se que a análise sobre a questão da segregação socioespacial em Belo Horizonte tem como cerne a expulsão da classe trabalhadora do centro urbano enquanto lugar de habitação, o que explicita também uma racionalidade racista que buscou impossibilitar a moradia digna para muitas comunidades quilombolas sem reconhecer o trabalho incansável desses grupos na construção da cidade. Esse traço histórico característico da sociedade capitalista demarca também as contradições entre capital e trabalho. Uma vez que as classes coabitam a cidade, mas não necessariamente dialogam e interagem, tamanho é o fosso que separa ricos e pobres em um país com enorme concentração de renda. Os significados intrínsecos da relação entre as classes e os grupos sociais são manifestados na construção das identidades dos sujeitos em suas formas de ser e de expressar.

Como observamos no texto acima, a cidade tem diferentes nexos e suas lógicas encontram no devir histórico a construção real, concreta, que depende dos diversos sujeitos que a compõe e a constroem historicamente. Dentre esses sujeitos, destacamos as comunidades quilombolas, sobretudo o caso da emergência do Quilombo Família Mattias que vem trazendo suas pautas de melhoria territorial na cidade de Belo Horizonte. É mister ressaltar que para que BH pudesse existir com a imagética de cidade planejada, houve a expulsão do povo negro que habitava a localidade de Curral Del Rey ainda no início do traçado urbano. Por isso, é fundamental a compreensão de que o devir histórico precisa ser pensado com e pelo povo negro, como nos diz Milton Nascimento: “quem tem na pele essa marca, possui a estranha mania de ter fé na vida”. Assim, compreende-se que a existência e resistência do povo negro e quilombola nas cidades só é possível pela via da vida coletiva, concentrando em seu cotidiano o *ethos* quilombista de Abdias Nascimento e jamais permitindo o silenciamento de suas pautas.

5 A urbes na ótica de autores negros brasileiros

A pauta negra no Brasil, historicamente vinculada à centralidade dos grandes polos urbanos, reflete uma relação de dependência e uma demora na consolidação de referências locais. Esse fenômeno já foi apontado por Lélia Gonzalez ao discutir a desigualdade racial estrutural e sistêmica no país, enfatizando a disparidade entre pessoas negras e brancas. Como destaca a autora, essa dinâmica resulta na formação de uma ampla massa marginalizada, cuja condição reflete nas relações produtivas da realidade brasileira: “A partir dessa situação de fato podemos verificar uma grande massa marginal que caracteriza a maneira como ocorrem as relações produtivas em termos de realidade brasileira” (Gonzalez, 1984, p.183).

A resistência urbana em Belo Horizonte se manifesta na conformação dos territórios quilombolas, evidenciando a luta histórica e contínua das comunidades negras pela permanência, pelo direito à terra e pelo reconhecimento oficial de seus espaços. Esses territórios não apenas simbolizam a herança cultural e ancestral dessas populações, mas também representam espaços de enfrentamento às desigualdades socioespaciais impostas pelo processo de urbanização. A presença quilombola na cidade reflete uma dinâmica de resistência que vai além da ocupação territorial, abrangendo a manutenção de práticas

culturais, redes de solidariedade e formas coletivas de organização que garantem a continuidade de sua identidade e existência como bem-viver.

A cidade abriga seis quilombos certificados pela Fundação Palmares: Quilombo de Mangueiras, Quilombo dos Luízes, Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, Kilombo Família Souza, Quilombo dos Carolinos e Quilombo Família Mattias. Essas comunidades, inseridas em um contexto urbano dinâmico e em constante transformação, resistem às pressões do crescimento da cidade por meio de estratégias de organização coletiva e articulações socioculturais.

Essa configuração territorial dos quilombos de Belo Horizonte se sustenta na construção de redes de solidariedade que envolvem tanto laços familiares quanto formas expandidas de cooperação entre membros da comunidade. A participação ativa dos quilombolas na gestão de seus territórios, seja por meio de associações comunitárias, eventos culturais ou reivindicações por direitos fundiários, reforça o papel das práticas coletivas na manutenção de suas identidades e modos de vida.

A ocupação e mobilidade nos territórios quilombolas de Belo Horizonte seguem lógicas próprias, distintas daquelas impostas pelo planejamento urbano convencional. O território quilombola não se define apenas pela posse da terra, mas também pela continuidade histórica de práticas ancestrais que garantem a circularidade social e cultural da comunidade. A resistência desses grupos se traduz na manutenção de expressões culturais, na defesa da terra como espaço de memória e pertencimento e na luta por infraestrutura, muitas vezes negligenciada pelo poder público. Além disso, os quilombos urbanos enfrentam desafios específicos, como especulação imobiliária, ausência de políticas públicas adequadas e dificuldade de reconhecimento formal de seus territórios. No entanto, a resiliência das comunidades quilombolas se manifesta na capacidade de reivindicar seus direitos e afirmar sua presença na cidade.

6 Projeto Quilombo Reconhece Quilombo: narrativas coletivas de história e resistência

O projeto Quilombo Reconhece Quilombo, iniciado no ecoar do brado de mulheres lideranças quilombolas no processo de autodeclaração do Quilombo Família Mattias, ocorrido em 24 de outubro de 2021, foi um movimento de fortalecimento das narrativas

quilombolas. Contudo, essa etapa teve início a partir da participação de uma das autoras como relatora no grupo de pesquisa Poéticas de Espaço e Voz: narrativas de lideranças negras sobre a cidade de Belo Horizonte, vinculado ao programa Egbara Wa, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FAE/Uemg), sob coordenação de uma das autoras.

A experiência no grupo de pesquisa possibilitou um espaço de troca e escuta ativa com outras lideranças quilombolas e de comunidades tradicionais. A partir desse processo, foi possível estabelecer uma identificação profunda com as narrativas compartilhadas, de modo a perceber a relevância de expor a trajetória de uma das autoras. O reconhecimento das vivências e desafios comuns entre os participantes fortaleceu a construção de um discurso coletivo, fundamentado na valorização das epistemologias afro-brasileiras e no resgate de saberes ancestrais.

A outra autora do artigo é descendente e liderança da comunidade Quilombola Família Mattias, situada em Belo Horizonte, e cresceu ao lado de seus irmãos e familiares, fortalecendo os laços que sustentam sua história e identidade. A comunidade está localizada no bairro Santa Tereza, onde também se encontra o Quilombo Família Souza. Na mesma região leste da cidade, especificamente no bairro Santa Efigênia, está o Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, reforçando a presença quilombola e a resistência de seus ancestrais em Belo Horizonte. A trajetória familiar remonta ao período da escravização, quando os antepassados da Família Mattias foram submetidos ao cativeiro no Mosteiro de Macaúbas, situado em Pinhões, Santa Luzia, na Região Metropolitana da capital mineira. Segundo Silva (2020):

As narrativas da comunidade sobre o surgimento de Pinhões dizem de negros escravizados que eram “de confiança” de seus “proprietários” e que foram enviados com a função de cuidarem da divisa entre dois territórios. Nomeada pela comunidade como a “extrema” entre duas sesmarias, isto é, as propriedades que demarcavam os limites de tal designação eram o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, em Macaúbas e a Fazenda das Bicas, localizada atualmente onde se situa o Bairro Fecho, caminho entre Pinhões e Santa Luzia (Silva, 2020, p.45).

A autora evidencia a narrativa comunitária sobre a origem de Pinhões, ressaltando o protagonismo dos negros escravizados nesse contexto histórico. Ao abordar a forma como esses indivíduos eram considerados “de confiança” por seus senhores, a análise ilumina as dinâmicas complexas e, muitas vezes, contraditórias das relações escravistas.

A atribuição da função de vigilância das divisas territoriais a esses escravizados não apenas reflete a confiança depositada pelos proprietários, mas também sugere a existência de certa autonomia ou responsabilidade conferida a esses indivíduos dentro da estrutura do sistema escravista. Esse aspecto reforça a necessidade de reconhecer a agência e as habilidades dos escravizados, ainda que inseridos em um regime de dominação e opressão.

A menção à “extrema” entre duas sesmarias indica que Pinhões estava situado em uma zona de fronteira entre propriedades, desempenhando o papel de ponto de transição ou limite territorial. Esse aspecto reforça a relevância histórica e geográfica da comunidade, evidenciando sua vinculação ao processo de demarcação de terras no período colonial.

Além disso, ao situar essa “extrema” relação entre o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, em Macaúbas, e a Fazenda das Bicas, a narrativa explicita a origem de Pinhões e sua relação com outras áreas e instituições históricas da região. Tal perspectiva ressalta a interconectividade entre diferentes comunidades e propriedades, demonstrando que a configuração territorial da época não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim dentro de um contexto mais amplo de ocupação e organização espacial. Essa inter-relação evidencia a necessidade de uma abordagem histórica que reconheça não apenas a existência dessas comunidades no interior de estruturas dominantes, mas também a forma como seus territórios foram moldados por processos de negociação, resistência e adaptação ao longo do tempo.

Nesse contexto, Silva apresenta uma análise significativa sobre as origens de Pinhões, destacando a presença e o protagonismo dos negros escravizados nesse contexto histórico. Além de evidenciar o papel dessas populações na construção e manutenção do território, a narrativa insere a comunidade dentro de uma perspectiva mais ampla, conectando-a à geografia e à história regional. Com a expansão ferroviária e o consequente crescimento da recém-criada capital, Belo Horizonte, muitas famílias negras, anteriormente escravizadas, passaram a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida. Esse movimento reflete não apenas as transformações econômicas e sociais do período pós-abolição, mas também a resiliência dessas comunidades na construção de novos espaços de pertencimento e sobrevivência.

A história da família Mattias, no bairro Santa Tereza, se insere nesse processo de mobilidade. A chegada à capital mineira remonta à vinda de um de seus ancestrais, no período entre 1920 até por volta de 1929, que, ainda jovem, migrou com sua mãe primeiramente e aos poucos outros membros da família também se estabeleceram em Belo Horizonte, o que consolidou a presença da família no bairro. Esse processo de deslocamento e fixação territorial demonstra a importância das redes familiares e comunitárias na ocupação e resistência da população negra nos espaços urbanos.

A partir dos relatos da matriarca da comunidade Quilombola Família Mattias, atualmente com 97 anos, e de seus irmãos — em que o caçula, atualmente distante de seu território em Santa Tereza, Belo Horizonte, devido à violência que a família vem enfrentado desde 2017 com o embargo de uma obra — emerge um conjunto de memórias fundamentais para a compreensão da trajetória da família Mattias e sua migração de Pinhões, em Santa Luzia, para a capital mineira. Esses relatos, que remontam ao início do século XX, evidenciam a ligação ancestral com o Quilombo de Pinhões, expressa por meio da herança religiosa, das práticas musicais e da relação com o trabalho agrícola e a produção artesanal, especialmente por meio das feiras. A migração da família para Belo Horizonte e sua posterior fixação em Santa Tereza são aspectos centrais dessa narrativa, marcando um processo de construção territorial que envolveu a compra de imóveis e a edificação de lares na região.

A memória familiar revela ainda a influência do Quilombo de Pinhões na constituição da identidade da comunidade Quilombola Família Mattias. Esse vínculo não apenas reafirma a trajetória dos ex-escravizados, que buscavam melhores condições de vida na cidade, mas também ressalta a permanência das práticas culturais e sociais que atravessaram gerações. As atividades religiosas e musicais da comunidade, por exemplo, são elementos que reforçam essa continuidade histórica e a resistência quilombola no espaço urbano. Além disso, os relatos destacam a dinâmica social e cultural do bairro Santa Tereza que se estruturou sob influências diversas, incluindo a presença do Mosteiro de Macaúbas e das comunidades quilombolas. Esse entrelaçamento de histórias evidencia como a presença negra contribuiu para a configuração do território, reafirmando a importância da memória oral na reconstrução do passado e na valorização das narrativas afrodescendentes na história de Belo Horizonte.

Esse relato evidencia a importância da memória coletiva e da autoidentificação quilombola da comunidade Quilombola Família Mattias, cuja presença se estende por diferentes bairros de Belo Horizonte, mantendo vivas suas tradições culturais e sociais. As memórias não apenas resgatam a trajetória da família, mas também contribuem para a compreensão mais ampla da história social e cultural da cidade e sua relação com as comunidades quilombolas. O reconhecimento oficial dessa ancestralidade e resistência foi recentemente consolidado com a certificação da comunidade Quilombola Família Mattias pela Fundação Cultural Palmares, tornando-se o sexto quilombo em contexto urbano a ser certificado em Belo Horizonte. Esse marco representa o fortalecimento da identidade quilombola no espaço urbano, reafirmando a continuidade histórica da luta por território, reconhecimento e direitos.

Ser quilombola significa mais do que a preservação de um passado, é a reafirmação de um presente e de um futuro fundamentados na resistência, na memória e na cultura. A certificação fortalece a comunidade Quilombola Família Mattias enquanto sujeito histórico e político, garantindo sua visibilidade e contribuindo para a valorização da presença negra na construção de Belo Horizonte e para a continuidade do enfrentamento do racismo sistêmico nesse mesmo território.

No dia 17 de março de 2017, o Quilombo Família Mattias teve a obra de uma das casas embargada devido a uma denúncia por parte dos responsáveis pelo prédio que foi construído muito depois da existência da comunidade. A melhoria tinha como objetivo a construção de mais um andar para acomodar melhor os membros da família e a casa que receberia essa modificação era exatamente a residência onde o pai da autora havia nascido e que por muitos anos abrigou diferentes gerações. O embargo foi um acontecimento terrível que obrigou a família a se instrumentalizar com assessoria jurídica para responder ao processo. Infelizmente, mesmo com todos os esforços, até o ano de 2025 a questão ainda não havia sido resolvida. Os membros da família, já idosos, foram obrigados a residir em outra localidade, levando-os ao sofrimento psíquico e agravamento de questões de saúde. A ancestralidade presente na espiritualidade e no mover político da família pode ser explicitado na obra de Antônio Bispo dos Santos (2021), que define esse sentido ancestral quilombola da arquitetura contracolonialista:

Qual é a parte mais necessária de uma casa no quilombo? É o quintal. Na verdade, são vários. A cozinha é necessária também. Todo mundo chega pela

cozinha. Mas o quintal é essencial, porque é onde as crianças aprendem a fazer tudo. É também onde guardamos espaço para construir a casa de quem vai nascer. As casas das próximas gerações. Na casa da minha filha, por exemplo, há espaço para fazer a casa do filho dela. Nossas casas são pensadas com espaço para fazer outras casas (Santos, 2021, p.59).

Ao afirmar que “a parte mais necessária de uma casa no quilombo [...] é o quintal”, Santos revela muito mais do que uma preferência por um espaço físico, ele está evidenciando os modos de criar, fazer e viver o mundo a partir de uma lógica própria, que resiste e se contrapõe à lógica colonial. Essa é a base da **arquitetura contracolonialista**, conceito que o autor propõe como uma forma de pensar os espaços a partir das nossas necessidades, saberes e afetos enquanto povos quilombolas, afrodescendentes e originários. Na casa quilombola, o quintal não é apenas um apêndice da casa, é também o coração da vida comunitária e da transmissão de saberes. É nesse espaço que há aprendizagens, vivências, plantios, sonhos e projetos de futuro. Quando o autor diz que o quintal “é onde as crianças aprendem a fazer tudo”, ele destaca a dimensão educativa e coletiva da vida quilombola que acontece no cotidiano, entre gerações, fora dos moldes institucionais coloniais de ensino.

Mais ainda, a ideia de que “**há espaço para fazer a casa do filho dela**” revela uma forma de planejamento territorial orientado pela ancestralidade e pela continuidade da vida coletiva. Nessa perspectiva, a casa não é um bem individual e fechado, mas uma parte de um organismo vivo que abriga o passado, o presente e o futuro. É o oposto da arquitetura colonial, que fragmenta, privatiza e impõe padrões desconectados da vida e do território. Assim, a arquitetura contracolonialista, segundo Santos (2021), está ancorada no compromisso com a vida em comum, com o cuidado das gerações e com a liberdade de existir fora das normas do Estado e do capital. Ela não se pauta por plantas arquitetônicas impostas de fora, mas pelo saber ancestral e pela escuta do território.

A partir da reflexão proposta pelo autor, especialmente ao conceber o quintal como o centro vital das casas quilombolas e como metáfora para uma arquitetura contracolonialista, é possível compreender a profundidade das ameaças enfrentadas pelos territórios tradicionais negros frente à lógica da especulação imobiliária e da gentrificação. No bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte — território historicamente marcado pela efervescência cultural e, ao mesmo tempo, com algumas áreas tombadas

por seu valor patrimonial — essas contradições são evidenciadas de forma contundente no cotidiano do Quilombo Família Mattias.

7 Considerações finais

Mesmo com a certificação como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares, conquista respaldada por um dossiê fundamentado e reconhecido, o direito ao território segue sendo violado. O processo de gentrificação em curso, impulsionado por interesses imobiliários e por um projeto de cidade excludente, produz um racismo ambiental silencioso que os nega não apenas o direito à terra, mas o direito de existir segundo sua própria lógica ancestral e comunitária de vida.

A luta do Quilombo Família Mattias não é apenas por reconhecimento formal, mas por **reparação histórica** e garantia efetiva de seus direitos, que são constantemente ameaçados por um sistema que privilegia a propriedade privada em detrimento do bem comum. Ao afirmar que “nossas casas são pensadas com espaço para fazer outras casas”, Santos nos convida a imaginar cidades e territórios onde o planejamento não se pautar pela lógica do lucro, mas pela continuidade da vida em comum, pela memória dos que vieram antes e pelo cuidado com os que ainda virão.

Por fim, a narrativa do Quilombo Família Mattias revela a urgência de se pensar em políticas públicas que garantam o direito à permanência dos povos quilombolas em territórios urbanos e que rompam com as estruturas do racismo sistêmico que seguem moldando os espaços, as leis e os acessos. Afinal, como nos lembra a sabedoria ancestral: a terra dá, mas a terra também quer — e o que ela quer é justiça.

Referências

- ALBÁN ACHINTE, Adolfo. Pedagogías de la re-existencia. Artistas indígenas y afrocolombianos. In: WALSH, Catherine (ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013. (Serie pensamiento decolonial). Tomo I. p. 443-468.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARRUDA, Rogério Pereira de. Belo Horizonte e La Plata: cidades capitais da modernidade latino-americana no final do século XIX. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 85-123, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/60>. Acesso em: 5 nov. 2025.
- ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: a teoria da mudança social**. Philadelphia: Afrocentricity International, 2014.
- BÁRBARA. Carine. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 31 out. 2025.
- CRESWEL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2014.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Almedina Brasil, 2010.
- GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL. **Dossiê quilombos**. Rio de Janeiro, 2007. Texto mimeografado.
- IZAÚ, Vitória Régia. **Insurgências urbanas e direito à cidade na perspectiva de ativistas em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-graduação em Educação e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

IZAÚ, Vitória Régia; Santos, Maria Angélica dos (org.). **Epistemologias pretas em narrativas insurgentes**. Belo Horizonte: Letramento, 2022.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v.12, n.2, p. 359-377, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/11933>. Acesso em: 5 nov. 2025.

MENDONÇA, Guilherme Cruz. Considerações jurídicas acerca da arqueologia urbana Direito à memória: o patrimônio arqueológico e a função social da sociedade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.142-177, 2014.

MIRANDA, Claudia; QUIÑONES RIASCOS, Fanny Milena; ARBOLEDA, John Henry. Pedagogías quilombolas y aprendizajes decoloniales en la dinámica organizacional de las poblaciones negras. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 8, n. 18, p.25-43, nov. 2015-fev. 2016.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Dandara, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanistas: Filhos da África, 2018.

NUNES, Isabella Rosado. Sobre o que nos move, sobre a vida. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolución nº 60/147, de 16 de dezembro de 2005**. Lisboa, 2005. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/diretrizes-recursoreparacao.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá: En la frontera, 2017.

PARK, Robert Ezra. **On social control and collective behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

QUEIROZ, Eduardo Prachedes. Considerações a respeito de elementos constituintes de uma Escrivivência. **Revista Bahkhtiana**, São Paulo, v. 20, n.3, e65636, jul./set. 2025.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Almedina Brasil, 2010.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. 2. ed. Brasília: Ayô, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Ayó, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Almedina Brasil, 2010.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SÃO BERNARDO, Sérgio. Kalunga e o direito: a emergência de um direito inspirado na ética afro-brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA E DIREITO, 5., São Paulo, 2017. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/augusto.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SILVA, Débora Rodrigues Azevedo. 2020. 172 f. **A artesanaria das práticas sociais e a existência inventiva das mulheres do quilombo de Pinhões**. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

URASSE, Anin. Uma introdução aos 18 princípios do Mulherismo Africana. *In*: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. **Epistemologias do Renascimento Africano**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019. (Coleção Pensamento Preto, v. III). p.315.

Recebido em: 24/07/2025

Aceito em: 16/10/2025